

A política ambiental do imperialismo e a luta pela terra na Amazônia



Em várias partes do estado a Justiça, o Incra, a imprensa marrom e operativos combinados de bandos armados da polícia e do latifúndio fazem uma campanha para expulsar os camponeses pobres de áreas antigas e novas de forma a assegurar a regularização de suas terras griladas. Ou seja, oficializar o roubo dos latifundiários.



As políticas preservacionistas do imperialismo norte-americano estão voltadas para a utilização futura de recursos naturais e da descoberta de plantas que sirvam à indústria milionária dos remédios. No Brasil, segundo dados do IBGE, existem mais de 300 mil ONGs, destas 100 mil estão na Amazônia.

É por isso que entendemos como tarefa urgente realizar uma ampla campanha de denúncias sobre o papel nefasto da política ambiental a serviço do imperialismo na Amazônia, denunciar os abusos e crimes cometidos pelo velho Estado brasileiro contra o povo trabalhador da Amazônia em particular aos camponeses pobres e sua justa luta pela terra.

O problema agrário no Brasil nunca foi resolvido segundo os interesses da nação e do povo em mais de cinco séculos. A principal contradição em nosso país, a que opõem grandes latifundiários e camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, longe de atenuar-se torna-se cada vez mais aguda, devido a enorme concentração de terras. Seja pelo latifúndio de velho tipo ou de novo tipo (agronegócio), seja pela criação de enormes reservas ambientais controladas por ONGs estrangeiras e “nacionais” com a conivência de políticos, intelectuais e cientistas vendidos.

As políticas ambientais de conservação são ditadas e dirigidas pelo imperialismo, sendo a principal organização desta política a USAID, que possui um programa específico para a preservação ambiental chamado Global Conservation Program (GCP) que consiste numa parceria com 6 grandes ONGs:

World Wildlife Fund (WWF), Conservação Internacional (CI), The Nature Conservancy (TNC), Fundação da Vida Selvagem Africana (AWF), World Conservation Strategy (WCS) e Enterprise Works/VITA, todas mantidas com recursos vultuosos de grandes corporações¹.

Segundo a USAID o programa opera para alcançar a conservação da biodiversidade em regiões consideradas estratégicas, porque são ricas em recursos naturais.

O Global Conservation Program (GCP) tem atuado em mais de trinta países e sua ação resultou em atividades que englobavam uma área de 33 milhões de hectares sob sua gestão, ou seja, sob a ação das ONGs consorciadas da USAID como a WWF, CI, AWF, WCS.

As políticas preservacionistas do imperialismo norte-americano estão voltadas para a utilização futura de recursos naturais e da descoberta de plantas que sirvam à indústria milionária dos remédios.

No Brasil, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem mais de 300 mil ONGs, destas 100 mil estão na Amazônia.

As grandes ONGs transnacionais atuam influenciando as políticas ambientais dos governos devido a enorme capacidade de arrecadação de recursos financeiros, com grandes doações de corporações financeiras; realizam grandes campanhas nos monopólios de comunicação; influenciam linhas de pesquisas nas universidades e treinam funcionários públicos e pesquisadores para reproduzirem seus conceitos e métodos e para determinar as áreas críticas de conservação; Não levam em conta a situação das populações locais e influenciam ONGs menores através da doação de recursos, desde que sigam suas orientações.

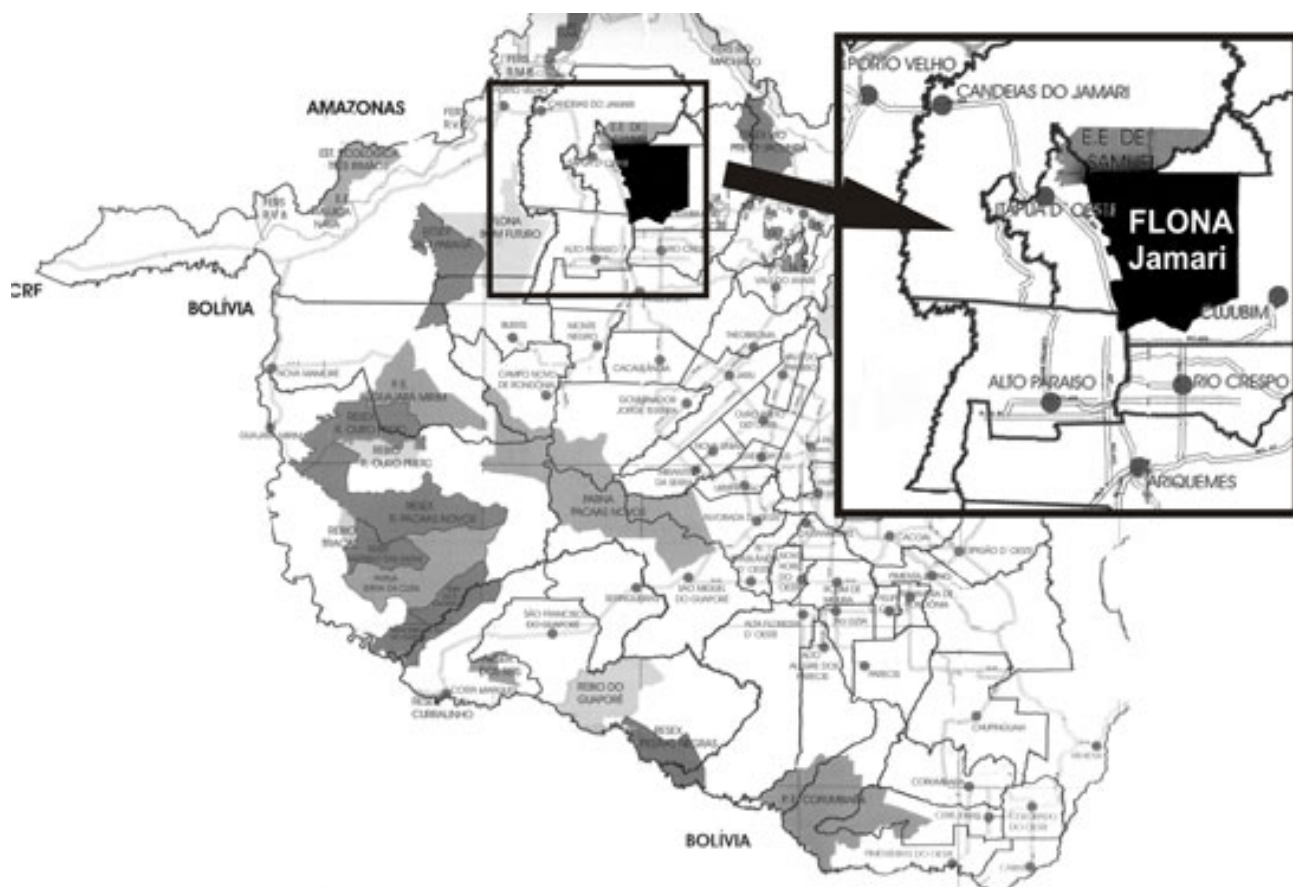


Seringueiros de Xapuri

Um exemplo é o estado do Acre, utilizado como laboratório para implementação

de políticas ambientais, que transformaram-se com a ajuda do PT (Partido dos Trabalhadores) em política de Estado, que chama hipocritamente de “florestania” ou “Governo dos povos da Floresta”. Termos que servem para esconder as enormes contradições entre as populações de seringueiros, indígenas, ribeirinhos e camponeses com a política criminoso de entrega de nossas riquezas e território ao imperialismo. Contradições que agora estão vindo a tona na disputa pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. De uma lado os seringueiros e camponeses que rejeitam o ambientalismo e brigam por construir outro caminho, de outro o oportunismo do PT encastelado nas estruturas do velho Estado e ligados com as ONGs estrangeiras.

Em Rondônia e no restante da Amazônia não cessam as operações contra o que chamam de “desmatamento ilegal” e de criminalização dos camponeses pobres em luta pela terra.



FLONA Jamari, entregue a cobiça dos grandes monopólios

Ao tempo em que o governo federal no ano passado licitou a primeira reserva para exploração “sustentável” por grandes madeireiras estrangeiras, a Floresta Nacional do Jamari, e agora realiza a regularização da grilagem de terras da União feita pelos latifundiários nas últimas décadas.

Como exemplo vemos o cerco repressivo à população de Rio Pardo na Floresta Nacional Bom Futuro, onde mais de 5 mil moradores estão ameaçados de despejo e sofrem as constantes humilhações das forças repressivas além das multas abusivas do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente que já chegam no total de 40 milhões. Outro caso é o das populações expulsas pela construção das Usinas hidrelétricas do Rio Madeira.

BANCO DO BRASIL		001	00199.58412 30093.040423 00505.104216 3 000		
Local de Pagamento: Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Data de Vencimento: 17/07/09
Instituição: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA					Agência / C.C.B. Cliente: 4201-3 / 333004-4
Data do Documento:	N.º do Documento:	Especie do doc.:	Valor:	Guia de Processamento:	N.º do Documento: 00930404200505104-8
Use os Bancos:	Categoria: 18	Especie:	Quantidade:	Valor:	(*) Valor do Documento: 4.800.000,00
Instruções: - Documento válido por 90 dias, após procurar o IBAMA. - Para pagamento até o vencimento será concedido o desconto de 30%. - Aplicar multa de 10% até 30 dias do vencimento, após multa de 20%. - Aplicar juros equivalente à SELIC acumulada, após o vencimento. - Após o vencimento pagável somente no Banco do Brasil. Governo Federal - Guia de Recolhimento da União GRU - Cobrança					(*) Desconto / Abatimento: (*) Outras Deduções: (*) Multa / Mora: (*) Outras Acréscimos: (*) Valor Cobrado:
Sacado: A-DILSON BARBOSA TEIXEIRA					(*) Valor Cobrado:
Sacador Avalista: CPF - 985.976.477-87					(*) Valor Cobrado:
					Registração Mecânica - TÍTULA - FICHA DE COMPENSAÇÃO

Multa aplicada pelo IBAMA em Rio Pardo no valor de 4 milhões e oitocentos mil de reais

Em relação a questão agrária recentemente o governo FMI/Lula cortou verbas no já minguido Programa de Reforma Agrária do Estado, e o seu projeto de regularização fundiária, nada mais foi que um sinal dado aos grandes latifundiários para iniciarem uma verdadeira ofensiva contra os camponeses. Em várias partes do estado a Justiça, o Incra, a imprensa marrom e operativos combinados de bandos armados da polícia e do latifúndio fazem uma campanha para expulsar os camponeses pobres de áreas antigas e novas de forma a assegurar a regularização de suas terras griladas. Ou seja, oficializar o roubo dos latifundiários.



A população de Rio Pardo na FLONA Bom Futuro, se encontra cercada por forças repressivas e estão ameaçados de despejo

Um caso recente e que expressa bem essa situação é o do acampamento Rio Alto em Buritis, área destinada à reforma agrária grilada pelo latifundiário Dilson Caldato com o apoio do INCRA. No dia 12 de julho, Caldato utilizou mais de 25 homens armados para expulsar 120 famílias da área, um camponês foi atingido com tiro nas costas e vários sofreram espancamentos e humilhações. Todos os pertences das famílias foram queimados junto com barracos e alimentos.

O latifundiário contou com o apoio da PM de Buritis, que realizou operação de busca e apreensão de armas no local, dias antes do despejo feito por pistoleiros. E como é de costume ocorrer, sem nenhum mandado judicial. Nada encontraram! Os mesmos policiais agora estão escoltando a madeira ilegal, que foi negociada por R\$ 1,5 milhão com a família Correia do vice-prefeito de Buritis.



Moradores despejados de suas casas na zona leste de Porto Velho

Há também diversos casos em Porto Velho em que populações que viviam há anos em seus lotes, estão sofrendo despejos, e toda e qualquer ocupação tem sido prontamente reprimida.

Sem falar nas populações indígenas que há séculos vem sendo sistematicamente dizimadas e expulsas de suas terras.

É por isso que entendemos como tarefa urgente realizar uma ampla campanha de denúncias sobre o papel nefasto da política ambiental a serviço do imperialismo na Amazônia, denunciar os abusos e crimes cometidos pelo velho Estado brasileiro contra o povo trabalhador da Amazônia em particular aos camponeses pobres e sua justa luta pela terra.

Conclamamos a todos os verdadeiros democratas, estudantes, professores, intelectuais honestos, trabalhadores, povos indígenas e entidades democráticas a participarem de ato público a ser realizado na UNIR – Universidade Federal de Rondônia, no auditório Paulo Freire, no dia 13 de Agosto às 9:30 da manhã.

CDRADP – Comitê de Defesa da Revolução Agrária e dos Direitos do Povo

CEBRASPO – Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos

DCE – Diretório Central dos Estudantes da universidade federal de Rondônia

Porto Velho, 1º de agosto de 2009

1 HewletPackard, 3M , Abercrombie & Kent , Alcoa, Anglo American, Anheuser-Busch, Aveda, BG Group, British Petroleo, Bank of America, BHP Billiton, , Bunge, CARE, Cargill, CEMEX, ChevronTexaco, Citigroup, , The Coca-Cola Company, ConocoPhillips, Ford Motor Company, Intel, International Paper, Kraft Foods Inc., McDonald's, Mitsubishi, Native Energy, Shell, Starbucks, Statoil, Stonyfield, Sustainable Forest Management, United Airlines, United Technologies, Wal-Mart, The Walt Disney Company entre outras.